



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO ÂMBITO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL SOB A
PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO
PEQUENO WILLIAM – PLANALTINA/DF**

Autora: Katty Hellen da Costa de Deus

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flaviane de Carvalho Canavesi

Brasília - DF

Julho/2018



KATTY HELLEN DA COSTA DE DEUS

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO ÂMBITO DO
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL SOB A
PERSPECTIVA DOS AGRICULTORES NO ASSENTAMENTO
PEQUENO WILLIAM – PLANALTINA/DF**

Trabalho Final apresentado ao
Departamento de Engenharia Florestal
da Universidade de Brasília, como parte
das exigências para obtenção do título
de Engenheira Florestal.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flaviane de Carvalho Canavesi

Brasília – DF

Julho de 2018

DEUS, Katty Hellen da Costa

Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito do desenvolvimento rural sustentável sob a perspectiva dos agricultores do assentamento Pequeno William – Planaltina/DF. /Katty Hellen da Costa de Deus; orientação de Flaviane de Carvalho Canavesi. – Brasília, 2018.

44 p.: il.

Trabalho de Conclusão do curso de graduação – Universidade de Brasília/ Departamento de Engenharia Florestal, 2018.

Nome do Autor: Katty Hellen da Costa de Deus

Título do Trabalho de Conclusão de Curso:

Ano: 2018

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva-se a outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Katty Hellen da Costa de Deus

12/0045257

Título: Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito do Desenvolvimento Rural Sustentável sob a perspectiva dos agricultores no assentamento Pequeno William – Planaltina/DF

Trabalho Final apresentado ao Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília, como parte das exigências para obtenção do título de Engenheira Florestal.

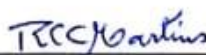
Menção: _____

SS

Banca Examinadora



Prof.ª Dr.ª Flaviane de Carvalho Canavesi
Orientadora (FAV/UnB)



Prof.ª Dr.ª Rosana de Carvalho C. Martins
Co-orientadora (EFL/UnB)



Prof.ª Dr.ª Patrícia Dias Tavares
Membra externa da banca (IFB)



Dr.ª Sandra Regina Afonso
Membra externa da banca (SFB)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Rosa Maria e meu pai João de Deus por todo apoio dado ao longo desse desafio de concluir um curso de graduação e por sempre acreditarem em mim, mesmo quando discordavam. Eu amo muito vocês e só tenho a agradecer por tudo que me ensinaram na vida e por ser quem eu sou hoje.

À minha irmã Drielle, meu cunhado Fernando e meu sobrinho Lorenzo pela compreensão, amor e alegria que nunca faltaram entre nós. Vocês são parte fundamental para eu ter conseguido chegar onde cheguei.

À minha orientadora, professora Flaviane Canavesi por ter aceitado construir esse trabalho comigo e por toda a atenção dada ao longo desse processo. Obrigada por ser tão prestativa e por ter contribuído na minha formação acadêmica.

Ao meu companheiro João Cyrilo, que caminhou comigo nesses últimos dois anos de UnB e sempre esteve muito presente, seja me acalmando, com muito amor e compreensão e me dando força para continuar, seja dando pitacos sobre meu projeto. Com certeza teria sido muito difícil sem você.

À professora Rosana que aceitou e apoiou meu projeto e o desafio de ser minha co-orientadora, mesmo com todos os entraves que tiveram no começo.

À professora Patrícia e à professora Sandra por aceitarem estar na minha banca e contribuir com o meu projeto.

Aos meus companheiros da ABEEF desse Brasil e principalmente aos meus companheiros Diego, Mariana, Lauana, Jonnathaz, Marujo e Juan que acreditaram junto comigo no projeto de construir uma Engenharia Florestal que estivesse a serviço do povo e toparam a tarefa de construir essa executiva de luta por todo o Brasil. Sem vocês, eu não estaria em formando em Engenharia Florestal.

Aos meus companheiros do Levante Popular da Juventude e com carinho especial à célula revolucionária Helenira Resende composta por Adda, Ana Flores, Anne, Belle, Ciriático, Cintia, Charles, Gabi, Kelle, Luara, Olívio, Remus, Rose, Silvia, Thamy, Vitor, Vitória e Weslainy. Obrigada pelo companheirismo nos momentos mais difíceis, pelos risos trocados e por me darem força para continuar

a luta do nosso povo e acreditando que é possível construir uma universidade popular.

Aos meus amigos de curso, Cláudia, Gustavo, Klaus, Luana e Thiago, que me acompanharam nessa longa jornada e por me dar força para voltar todos os dias pra UnB, por dividir os sufocos nas matérias difíceis, pelos dias incríveis e divertidos que passamos juntos e por todo o companheirismo que foi necessário para chegar até aqui.

Às famílias do assentamento Pequeno William que aceitaram de coração aberto o meu estudo, me recebendo com muito carinho e por compartilharem um pouco de suas vidas comigo. Foi incrível conhecer melhor cada um de vocês.

E a todos aqueles que construíram essa jornada comigo, seja nos congressos, movimento estudantil, nas lutas do povo e que foram essenciais para minha formação e para minha vida.

RESUMO

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) se apresenta como uma das principais ferramentas de promoção do desenvolvimento rural, sendo possível afirmar isso quando analisamos a história do campo brasileiro. A partir dessa constatação, o presente trabalho teve como objetivo fazer a caracterização e discussão dos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), com foco naqueles que estabelecem a promoção do desenvolvimento sustentável, compreendendo o ponto de vista dos agricultores. Para tal, realizou-se um estudo no assentamento Pequeno William, localizado na região administrativa de Planaltina – DF, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco representantes dos núcleos de base, buscando compreender a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural na área, fazendo o levantamento dos avanços e entraves que a prestação de serviços proporcionou para o assentamento. Baseado nos resultados obtidos foi possível concluir que o assentamento vive um processo de desenvolvimento rural sustentável, mas ainda há muitas deficiências da atuação da ATER, como diferenciação da prestação de serviços entre os assentados e a falta de propostas de solução para a escassez de água, que se apresenta como a principal problemática do assentamento. Desse modo, faz-se necessário uma maior atenção por parte do Estado para o cumprimento da referida política, afim de garantir o direito dos agricultores do Assentamento Pequeno William.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade. Extensão Rural. Política Pública

ABSTRACT

Technical Assistance and Rural Extension (ATER) presents itself as one of the main tools to promote rural development, It's possible to affirm this analyzing the history of the Brazilian countryside. Based on this observation, the present work aimed to characterize and discuss the principles of the National Policy on Technical Assistance and Rural Extension (PNATER), focusing on those that establish the promotion of sustainable development, including the point of view of family farmers. The settlement "Pequeno William", located in the administrative region of Planaltina, DF, where interviews were conducted with five representatives of the grassroots groups, searching to understand the Technical Assistance and Rural Extension activities in the area, survey of the advances and obstacles that the provision of services provided for the settlement. Based on the results obtained, it was possible to conclude that the settlement is undergoing a process of sustainable rural development, but there are still many problems of ATER's performance, such as the differentiation of service provision among the settlers and the lack of proposals for solution to the shortage of water, which presents itself as the main problem of settlement. In this way, more attention is needed on the part of the State to comply with the said policy, in order to guarantee the right of the family farmers of the "Pequeno William" Settlement.

Keywords: Development. Sustainability. Rural extension. Public policy

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

DRS – Desenvolvimento Rural Sustentável

EMATER – DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GDF – Governo do Distrito Federal

IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem-Terra

NBs – Núcleos de Base

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

SEAGRI - DF – Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS	14
2.1. Objetivo geral	14
2.2. Objetivos específicos	14
3. REVISÃO DA LITERATURA	15
3.1. Desenvolvimento Rural Sustentável.....	15
3.2. Assistência Técnica e Extensão Rural no contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável.....	18
3.3. Implicações da questão agrária no desenvolvimento rural.....	22
4. MATERIAL E MÉTODOS	26
4.1. Área de estudo	26
4.2. Histórico assentamento Pequeno William	28
4.3. Metodologia.....	29
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5.1. Concepção e caracterização dos sistemas produtivos do assentamento Pequeno William	31
5.2. Atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural no assentamento.....	33
5.3. Contribuições e entraves para a promoção do desenvolvimento rural sustentável	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
7. REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

A agricultura brasileira tem destaque mundial dado o desenvolvimento deste setor na produção de *commodities* para exportação de grãos, proteína animal e celulose. A cadeia produtiva da celulose, como exemplo contundente deste destaque, configura-se entre as 10 principais *commodities* brasileiras exportadas. Dados da CEPEA/ESALQ/USP (2017) apontam que 70% da produção nacional destina-se ao mercado externo e representou saldo positivo na balança comercial superior a US\$ 5,2 bilhões em 2016. Segundo o estudo, o Brasil é líder em produtividade florestal com aproximadamente 36 m³/ha por ano, valor 24% maior que a segunda colocada, a China.

Ainda que haja uma forte expressão deste setor ícone na economia, especialistas em desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional apontam para a necessidade de atribuir sentido ao desenvolvimento econômico, uma vez que, tal modelo de desenvolvimento, causa impactos sobre a concentração de renda e o aumento do nível de pobreza urbana (MALUF, 2000, p. 38). O referido autor ressalta ainda os dados que demonstram menor incidência da pobreza rural defendendo que tal fenômeno é resultado de processos de desterritorialização de agricultores do meio rural que, sem acesso aos meios de produção, principalmente terra, migram e somam-se aos problemas estruturais no desenvolvimento urbano atual.

A estrutura agrária brasileira, herdada do processo colonizador, com legislação que data de 1850¹, passível de pouca atualização mesmo se considerado o Estatuto da Terra² de 1964, denota a complexidade do acesso à terra no Brasil. Tal problemática coloca os agricultores sem-terra numa condição histórica de reivindicação de uma política de reforma agrária com base na distribuição fundiária. Essa distribuição, no entanto, ainda se caracteriza de uma maneira desordenada e pouco assistida pelo Estado para sua melhor implementação e desenvolvimento da produção rural familiar.

¹ BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas do Império.** Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 20 de setembro de 1850.

² BRASIL. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.** Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

Nos últimos 50 anos, estratégias e modelos de desenvolvimento vêm sendo formulados no intuito de superar as problemáticas apresentadas. O debate da sustentabilidade tornou-se indispensável quando se coloca em evidência o desenvolvimento rural. A preocupação com a conservação dos recursos naturais traz à tona a necessidade de estender os campos de conhecimento e pensa-los de forma interdisciplinar. Logo, quando se pensa uma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que atenda a promoção do desenvolvimento sustentável, Caporal e Ramos (2006) afirmam que um agente da ATER necessita ter conhecimentos que perpassam pela formação técnica agrônômica, florestal, sociológica, etc. para realizar seu trabalho com qualidade.

Desse modo, verifica-se a importância dos profissionais de Engenharia Florestal na execução da ATER, já que esses passam ao longo da sua formação, seja por meio de disciplinas curriculares ou oportunidades de atuação na universidade (estágios, projetos de extensão) por uma compreensão da importância da Extensão Rural, para a conservação dos recursos naturais e da promoção do desenvolvimento sustentável.

A formulação acerca de um modelo rural sustentável, voltado para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento rural se consolidou, ganhando espaço inclusive na elaboração de políticas públicas no Brasil. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)³ encontra-se dentro dessas elaborações, sendo uma política pública que busca promover o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil de forma sustentável.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um serviço que tem grande importância para o desenvolvimento rural, pelo seu papel de comunicação entre o conhecimento elaborado a partir de pesquisas voltadas para o campo, dentre outros conhecimentos relevantes para a temática e a real execução dessas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias (PEIXOTO, 2008).

É parte dos princípios da referida política, segundo a Lei, a promoção de metodologias que envolvam máxima participação de seus envolvidos, ampliando a

³ MDA/SAF/GRUPO DE TRABALHO ATER. “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Versão Final: 25/5/2004”. Brasília, DF, 2004.

compreensão necessária sobre o uso eficiente dos recursos naturais, com base na produção agroecológica (BRASIL, 2004).

Sendo assim, esse estudo tem como objetivo compreender se a PNATER vem contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, tal como prevê os seus princípios, além de caracterizar os meios encontrados para garantir a promoção de uma agricultura sustentável.

Para tal, foi realizado entre abril e junho um estudo no assentamento rural Pequeno William, localizado na Região Administrativa de Planaltina – DF, onde realizou-se, com base em Medina e Novaes (2014) o levantamento das percepções dos agricultores sobre os serviços da ATER a fim de compreender como essa intervenção técnica vem contribuindo para a transformação da realidade dos mesmos.

Para alcançar o objetivo desse trabalho, realizou-se uma pesquisa teórica a fim de compreender primeiramente, o conceito de desenvolvimento rural sustentável (DRS), localizando elementos relevantes para a compreensão do termo na pesquisa. Logo após, relacionou-se a promoção da DRS com a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, apresentando as concepções históricas e como essa relação está presente nas políticas públicas formuladas no Brasil. Para finalizar esse levantamento, destacou-se o debate da questão agrária no país e a necessidade de rever o modelo de desenvolvimento rural a fim de garantir a agricultura sustentável, dando ênfase para a organização de assentamentos de reforma agrária como potencial para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A metodologia desse estudo, baseou-se na pesquisa qualitativa, com realização de entrevistas semiestruturadas a agricultores, com a finalidade de fazer um levantamento da atuação da ATER, a partir da perspectiva dos mesmos. Fundamentado nos resultados obtidos na pesquisa, espera-se contribuir com a reflexão sobre a implementação e execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e a garantia do seu princípio de desenvolvimento rural sustentável.

2. OBJETIVOS

2.1.Objetivo Geral

Caracterizar, compreender e discutir os princípios da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), principalmente aqueles que estabelecem a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando a prestação de serviços de ATER, a partir do ponto de vista dos agricultores assentados na comunidade estudada.

2.2.Objetivos Específicos

- ❖ Levantar e sistematizar a metodologia utilizada pelos extensionistas na promoção do desenvolvimento sustentável;
- ❖ Compreender como a recepção de conhecimentos especializados formulados pela ATER impactaram a prática produtiva dos agricultores para o desenvolvimento sustentável.
- ❖ Discutir, com base nos levantamentos com agricultores, quais foram os principais avanços e entraves para uma agricultura sustentável.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1.Desenvolvimento Rural Sustentável

A utilização do termo desenvolvimento ganha relevância a partir do início do século XX. A difusão do termo ganha força, segundo Almeida (2015) com o início da Guerra Fria, em que havia a disputa do modelo de sociedade que seria hegemônico no mundo, contexto de propulsão do processo de globalização.

A adoção da perspectiva de desenvolvimento, em momento posterior, é questionada. Um dos fatores que leva a isso é a noção de países ditos periféricos, que não se encaixavam na lógica de crescimento e progresso proposto por países como os Estados Unidos cujos interesses tiveram bastante influência no tipo de desenvolvimento adotado pelos governos brasileiros principalmente nas décadas de 1940 em diante (ALMEIDA, 2015). Assim, uma noção distinta sobre o desenvolvimento passa a incorporar elementos que estão para além do crescimento econômico, voltando-se para um viés humanista. Para Maluf (2000), que afirma a necessidade de atribuir sentidos ao desenvolvimento econômico,

[...]o procedimento mais adequado e, sem dúvida, cauteloso quanto ao significado da noção de desenvolvimento é o de ater-se ao sentido literal do termo e às duas ideias principais nele contidas que são as de melhoria e de processo. Daí deriva o sentido a ser atribuído ao desenvolvimento econômico e sua definição como o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo. (MALUF, 2000, p. 47)

Assim, o autor ressalta a necessidade de um desenvolvimento afirmado pelos países, de acordo com suas agendas políticas e não sob a ótica de modelos econômicos globalizantes que colocam em fragilidade, por exemplo, sistemas de segurança alimentar e nutricional dos países periféricos.

Para Navarro (2001), pode-se determinar dois momentos em que o conceito de desenvolvimento teve destaque na história. Esse debate conquista espaço tanto no campo intelectual, quanto no campo da determinação de políticas adotadas pelos países no mundo. O primeiro momento pode ser datado em meados da década de 1950 até a década de 1970. Nesse período, havia um alto nível de polarização em razão da Guerra Fria, que impulsionava os países em disputa a idealizarem propostas de modelos de sociedade. Em ambos os lados, a proposta

de desenvolvimento para os países periféricos era a modernização, a partir de transferências de tecnologias já testadas nos países de centro. A ideia teve boa receptividade como podemos reafirmar segundo cita Almeida (2015),

Graças a seu caráter fluido e a seus objetivos humanistas, o termo desenvolvimento assimilou uma conotação positiva, de prejulgamento favorável: ele seria em si um bem, pois desenvolver-se seria forçosamente seguir em uma direção ascendente, rumo ao mais e ao melhor. Aqui, a analogia com o desenvolvimento dos organismos biológicos aparece claramente: se desenvolver é crescer, difundir potencialidades para atingir a maturidade (ALMEIDA, 2015, p. 36-37).

O segundo momento, citado por Navarro (2001), ocorre na década de 1990, em um período onde o processo de globalização se fortalece e permeia no campo dos governos e da sociedade civil, muitas imprecisões sobre o novo momento político, econômico e social do mundo. O debate ressurgiu como consequência da percepção de que o desenvolvimento tinha um entrave na sua concretização. Um dos pontos que ganha destaque nesse momento, é a questão da utilização dos recursos naturais, principalmente relacionada à proposta de desenvolvimento do meio rural – Revolução Verde – que direcionava o uso de insumos externos e técnicas que resultavam em danos ao meio ambiente.

Diante das problemáticas retratadas, Brüseke (1994) relata que o conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável começa a ser debatido a nível mundial e é apontado no Relatório de Brundtland, de 1987, formulado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). O referido Relatório faz parte de uma crescente discussão mundial sobre os limites do desenvolvimento e previa medidas a serem adotadas pelos países, além de metas estabelecidas a fim de garantir o desenvolvimento que “atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (CMMAD, 1991, p.09).

No Brasil, o debate sobre desenvolvimento sustentável, principalmente no meio rural, surgiu bem depois do período da implementação do pacote tecnológico da Revolução Verde. Esse pacote tecnológico possuía um viés voltado para a implementação de políticas públicas que garantissem a modernização do campo de forma produtivista relegando práticas sustentáveis de produção. Contudo, na década de 1990, tanto no Brasil como a nível mundial, o debate da sustentabilidade toma força a partir da análise que era necessário entender o que estava

acontecendo no que se propunha como desenvolvimento rural, para propor modificações na sua efetivação. As medidas de recuperação da economia propostas pelos governos nesse período buscavam uma maior transformação social. Neste contexto, foi dada maior atenção ao debate sobre o desenvolvimento rural por conta das reivindicações da sociedade civil e dos movimentos sociais (SCHNEIDER, 2010).

A ideia de sustentabilidade e o uso racional dos recursos naturais pôs o debate sobre o desenvolvimento rural sustentável em destaque no Brasil, fortalecendo a tese que a agricultura familiar seria a precursora de um desenvolvimento que garantisse a relevância da dimensão ambiental (SCHNEIDER, 2010).

Para Fernández e Garcia (2001), o desenvolvimento rural sustentável precisa garantir dois níveis de sustentabilidade: ambiental e social. A sustentabilidade ambiental pode ser compreendida como a forma que o agroecossistema⁴ tem impacto sobre os recursos naturais, seja isso a nível local, como a nível mundial. Fundamentado nessa compreensão, o modo de uso dos recursos naturais e as técnicas utilizadas para a garantia da renovação desses recursos são partes essenciais na definição de que o agroecossistema está sendo sustentável ambientalmente. Já a sustentabilidade social é compreendida como a eficiência que um agroecossistema possui para não impactar sua produtividade, ou seja,

[...] a capacidade que tem um agroecossistema para manter a produtividade, seja em uma atividade agrícola, em uma propriedade ou em uma nação, quando é submetido a uma pressão ou a uma perturbação. [...]. Uma pressão é definida como uma regular e contínua distorção, previsível e relativamente pequena (por exemplo: a redução da força de trabalho disponível; deficiências no solo; crescimento das dívidas etc.). Por outro lado, uma perturbação é definida como uma distorção irregular, pouco frequente, relativamente longa e imprevisível (por exemplo: inundações, secas, epidemias repentinas, incêndios, colapso no mercado, etc.) (FERNÁNDEZ e GARCIA, 2001, p. 21).

⁴ O conceito de agroecossistema pode ser definido como a unidade básica de análise, fruto da intervenção de práticas de agricultura em ecossistemas. Essas intervenções podem ser mais artificializadas, como no agronegócio ou, diversificadas, como na agricultura camponesa com base agroecológica (MONTEIRO, 2012, p. 66-67).

Costabeber e Caporal (2002) introduzem no tema do desenvolvimento rural sustentável a ideia da transição baseada nos princípios da agroecologia⁵ mas apresentando que a sustentabilidade de um agroecossistema só pode ser estabelecida a partir do tempo, já que para ser considerado sustentável, tem que manter a sua produtividade.

O desenvolvimento rural sustentável deve ser compreendido como a pretensão de assegurar o equilíbrio e relação entre seis dimensões segundo os autores acima citados, são elas: ecológica, econômica, social, cultural, política e ética. As concepções apresentadas dentro dessas dimensões, abordam questões relevantes para a garantia da sustentabilidade nos agroecossistemas, como a preservação dos recursos naturais, o respeito ao conhecimento e saberes das populações locais, garantia de democracia e participação de todos os sujeitos envolvidos no processo e a melhoria da qualidade de vida, tanto da população rural, quanto urbana. (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

As discussões travadas ao longo das décadas a partir de 1990 sobre desenvolvimento rural sustentável influenciaram em maior ou menor medida, as políticas públicas. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que é objeto desse estudo, pode ser entendida como uma das políticas que tentaram incorporar em seus princípios, o conjunto de formulações discutidas, de forma que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pudesse refletir em suas ações, práticas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. No próximo tópico, apresentaremos mais detalhadamente tal perspectiva.

3.2. Assistência Técnica e Extensão Rural na perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável

O tema do desenvolvimento rural consolidou-se como um importante campo de estudo e vem sendo objeto de pesquisas com o propósito de compreender suas

⁵ Segundo Hecth, a agroecologia pode ser definida como o estudo de fenômenos ecológicos do campo de cultivo com uma abordagem agrícola, ligada ao meio ambiente e ao meio social, não focando apenas na produção, mas também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção (HECTH, 1999, p. 15).

potencialidades e seus limites a fim de indicar os caminhos para um desenvolvimento que atenda as demandas da sociedade (DIAS, 2008).

As políticas de Extensão Rural que começaram a ser implementadas no Brasil a partir do final da década de 1940, sempre estiveram alinhadas à busca da promoção do desenvolvimento rural com um forte impulsionamento para a modernização na agricultura. Contudo, a extensão rural passou por variações na sua concepção, metodologias utilizadas e público-alvo. Em razão disso, faz-se necessário o conhecimento desses diferentes períodos da Extensão Rural para compreender a política implementada nos dias atuais (DIAS, 2008).

Para Rodrigues (1997), a Extensão Rural no Brasil passou por três momentos que possuem diferenças na sua orientação e na sua implementação por meio do Estado e que estava ligado a concepção de desenvolvimento vigente em cada época. Ele denomina os momentos como: humanismo assistencialista; difusionismo produtivista; humanismo crítico.

O humanismo assistencialista caracteriza-se por ser uma extensão rural, em seu surgimento na década de 1940, voltada para pequenos produtores rurais (o termo agricultura familiar somente surge mais tarde), mas que não integrava o mesmo no processo de planejar o desenvolvimento da sua área. Havia uma forte influência de padrões de desenvolvimento norte-americanos. A equipe técnica era composta por um técnico agrícola e uma extensionista, da área de economia doméstica, sendo garantido o crédito para a manutenção da área produtiva (RODRIGUES, 1997).

O difusionismo produtivista surge da necessidade de intensificar a modernização do campo, que a partir da década de 1960, torna-se o modelo de desenvolvimento rural a ser seguido. Esse processo modifica as bases de orientação filosófica e operacional da extensão rural no Brasil, passando a ser um processo de transferências de tecnologias, voltada para médios e grandes agricultores, utilização de insumos externos e aumento da produtividade para exportação. O difusionismo produtivista atraiu o interesse do Estado, que teve maior intervenção durante todo o processo (RODRIGUES, 1997). Este modelo de desenvolvimento, também conhecido como Revolução Verde, trouxe diversos

impactos negativos, tanto para a população rural mais pobre, quanto para o meio ambiente (DIAS, 2008).

Diante do crescente debate sobre as contradições do modelo de desenvolvimento adotado, surge o que Rodrigues (1997) denomina como humanismo crítico no período de 1985 -1989. Caracteriza-se pela construção da extensão rural como algo libertador, onde o agricultor também é sujeito da transformação da sua realidade.

Mais tarde, soma-se a necessidade da conservação dos recursos naturais e o combate à pobreza rural, impactos negativos ambientais e sociais do modelo em curso, e então tem-se o reflexo sobre a formulação de uma extensão rural com atenção voltada aos pequenos e médios agricultores com o intuito de construir um desenvolvimento sustentável (PETTAN, 2010).

Nos anos 1990, há mudanças significativas do debate do governo brasileiro sobre a Extensão Rural. Com uma agenda governamental voltada para a privatização dos serviços que eram vistos como onerosos ao Estado, a ATER é colocada em segundo plano. Contudo, o debate da extensão rural fundamentada no humanismo crítico continuou sendo tema de discussão entre extensionistas, agricultores e movimentos sociais, onde por meio de atividades e encontros, formularam diversas linhas para uma política de assistência técnica e extensão rural ideal para o momento (BERGAMASCO et al., 2017).

Fruto de um momento em que o Estado passa a discutir com a sociedade os principais problemas a serem superados, em 2004, passa a ser formulada e executada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que se apresenta como uma proposta de modificação radical do processo extensionista no país (DIAS, 2007). A PNATER coloca no centro da sua ação a promoção do desenvolvimento sustentável⁶, como pode ser observado nos seus princípios

⁶ A PNATER passa a ter um comitê temático dentre do que viria a ser formado como gestão e controle social Estado e sociedade no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

I - Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV - Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V - Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e

VI - Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. (BRASIL, 2010, p.1).

Contudo, o conceito de desenvolvimento rural sustentável (DRS) ainda possui muitas divergências. Para Costabeber e Caporal (2003) o conceito passa pela necessidade de uma transformação quantitativa e qualitativa na vida rural, com o objetivo de garantir uma melhor qualidade de vida para a população. Para assegurar o DRS é fundamental um processo de transição agroecológica, fortalecimento da agricultura familiar e métodos de comercialização e desenvolvimento local das áreas rurais.

A agricultura sustentável se apresenta como uma alternativa para a garantia do desenvolvimento rural sustentável. Este conceito vem sendo formulado por diversos especialistas, que buscam encontrar um equilíbrio entre os avanços tecnológicos obtidos nos últimos tempos para a agricultura e o conhecimento tradicional (ALTIERI,1999). Logo, se compreende que para uma agricultura ser sustentável ela deve atender as necessidades da sociedade, entendendo que a mesma se encontra em constante crescimento, tendo um enfoque voltado para a questão ambiental, buscando formas de manejo que associem essas duas necessidades (PATERNIANI, 2001).

Por mais que seja resultado de debates entre especialistas e a sociedade civil, segundo Abramovay (2007), a PNATER ainda apresenta entraves para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ele elenca cinco pontos deficitários que precisam ser solucionados pela política. Estes são: 1) o desenvolvimento deve atender aos desafios de um território e não só de um único

setor (no caso da PNATER, a agricultura familiar)⁷; 2) A Extensão Rural não precisa estar somente ligada à agricultura familiar para poder se desenvolver; 3) Limitação das técnicas a serem utilizadas na implementação da política (agroecologia como modelo de transição); 4) A participação popular não garante a eficiência da política; 5) A extensão rural precisa se atentar mais ao setor patronal.

Diante do exposto, pode-se constatar que uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural só pode ser formulada se estiver fundamentada em uma concepção de desenvolvimento rural e em um projeto de sociedade (DUARTE e SILIPRANDI, 2017).

Para tal, faz-se necessário compreender a estrutura agrária brasileira, levando em consideração seus elementos históricos, visto que para a garantia do desenvolvimento rural sustentável, também é fundamental pensar a redistribuição de terras no Brasil, a partir da implementação de uma política de reforma agrária, tema que iremos abordar no próximo tópico.

3.3. Implicações da questão agrária no desenvolvimento rural

A estrutura fundiária brasileira dispõe de heranças do período colonial, quando se caracteriza o uso da terra e sua organização agrária. A alta concentração da terra⁸ na posse de uma minoria e uma produção voltada para os fins de exportação vem se permeando ao longo do tempo e consolidando uma classe dominante no campo brasileiro (PRADO JR., 1960).

No período colonial, a garantia da utilização da terra era assegurada pela concessão de uso cedido pela coroa portuguesa e repassado de forma hereditária. A partir de 1850, a Lei de Terras, já citada neste trabalho, estabelece a propriedade

⁷ Em seu processo de formulação, foi definido que o atendimento dos serviços de ATER teria como público exclusivo a agricultura familiar. Este ponto foi mais tarde reforçado pela Lei de ATER (Lei 12.188) de 2010.

⁸ Dados do Censo Agropecuário de 2006, apresentam que os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares representam mais de 47% dos estabelecimentos rurais no Brasil, ocupando menos de 2,3% da área total de estabelecimentos. Já as grandes propriedades, correspondem a 0,91% do total de estabelecimentos, concentrando 45% da área rural do país. (OXFAM, 2016).

privada da terra, ou seja, a aquisição de terras só poderia ser feita por meio de compra, transformando o bem natural em mercadoria (STEDILE, 2005).

A promulgação da Lei de Terras pode ser interpretada como resultado de pressões externas e internas para o fim da escravidão e preparou o processo de transição para o modelo de trabalho assalariado (STEDILE, 2005).

Em 1888, com a liberdade assegurada por meio da Lei Aurea⁹, não foi oportunizada à população ex-escravizada a disputa pela propriedade ou posse da terra, já que não possuíam recursos para pagar a Coroa. Logo, uma parte dessa população se viu sujeita a vender sua força de trabalho a baixos salários. Esse processo contribui para a geração de mais riquezas para a classe dominante devido ao aumento da concentração de terra e a facilidade de mão-de-obra barata, impulsionando o crescimento da miséria no campo. (PRADO JR. 1960)

A formulação sobre a questão agrária ganha peso no Brasil a partir de 1960, quando o debate sobre a Reforma Agrária se torna emergencial e necessário. Delgado (2005) estabelece quatro campos da intelectualidade que acumulam neste debate político: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), setores progressistas da Igreja Católica e economistas conservadores.

Houve um grande avanço no campo teórico, porém na prática, o golpe de 1964 limou todas as possibilidades de concretização de uma reforma agrária que solucionasse os problemas do rural brasileiro. Ao invés, foi implementado o processo de modernização do campo, na perspectiva de um desenvolvimento econômico do meio rural, fortalecendo a produção de *commodities* para exportação (DELGADO, 2005)

Segundo interpretações de Caio Prado Jr (1960), a modernização do campo trouxe uma piora na qualidade de vida do trabalhador rural, já que aos poucos sua mão-de-obra era substituída pelas máquinas, submetendo-os a tentar a vida no meio urbano ou vender sua força de trabalho por um menor salário. O autor afirma ainda que fortaleceu-se a heterogeneidade da população que vive em função da

⁹ BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. **Declara extinta a escravidão no Brasil.** Decreto da Assembleia Geral em 18 de maio de 1888.

agricultura, potencializando o processo de desigualdade das condições sociais da população rural, onde aqueles que não tiveram acesso à modernização, sofreram com um intenso processo de marginalização.

Outro fator que se tornou mais heterogêneo foi da própria agricultura brasileira dentre as regiões, tanto no quesito do uso de tecnologias, quanto das relações de trabalho no campo, já que algumas regiões tiveram mais acesso a essas tecnologias (DELGADO, 2005).

Sabe-se que a modernização do campo gerou grandes impactos aos recursos naturais e meio ambiente, colocando no centro do debate do desenvolvimento rural nos dias atuais, a conservação da natureza. Contudo, cabe observar que nos países da América Latina, a alta concentração da estrutura fundiária também se apresenta como um empecilho para o desenvolvimento do campo (RAMOS, 2001).

A percepção de que a manutenção de estrutura fundiária concentrada, reforçada com a implementação de políticas agrícolas modernizadoras do latifúndio no Brasil, estiveram na base de um processo de crescimento econômico que manteve e mesmo ampliou a fome e a pobreza, a exclusão e a desigualdade social, e que, portanto, nada tiveram e nada têm de desenvolvimentistas. (RAMOS, 2001, p.147)

Diante dessa percepção, para Leite e Ávila (2007), a reforma agrária se constitui como um dos principais meios de solucionar a questão da concentração fundiária e econômica, sendo uma forma que teria grande abrangência e com custos pouco onerosos, caso houvesse uma base de forças políticas para a garantia do processo.

A implementação de um efetivo programa agrário tem renovado o estoque de argumentos que sinalizam para o potencial transformador da democratização do campo, seja por meio da ampliação da condição de cidadania de uma vasta parcela da sociedade ainda hoje marginalizada, seja por meio do aumento do emprego e da renda rural, da redinamização de diversas regiões geográficas. (LEITE e AVILA, 2007, p. 779).

Incorporado a esse processo, a criação de assentamentos se apresenta como importantes experiências no sentido de assegurar o desenvolvimento rural e territorial. A garantia da redistribuição de terras, de políticas públicas de fomento à

produção agrícola geram impactos positivos da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas (LEITE e ÁVILA, 2007), podendo assim considerar os assentamentos como locais de grande potencial para o desenvolvimento rural sustentável.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1. Área de estudo

O assentamento Pequeno William foi criado em 2010, localizado na região administrativa de Planaltina, no Distrito Federal, dentro da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu, considerada a maior APA do DF. (SILVA, 2016).

O terreno para criação do assentamento é localizado na antiga fazenda Sálvia, que possui uma área total de 10.848,66 ha, onde foram repassados para o INCRA uma área de 144,4 hectares, para ser realizada a divisão dos lotes e uma área de 63 hectares destinada para Reserva Legal (SILVA, 2016). Esta última era utilizada anteriormente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a realização de experimentos. (BORGES, 2012).

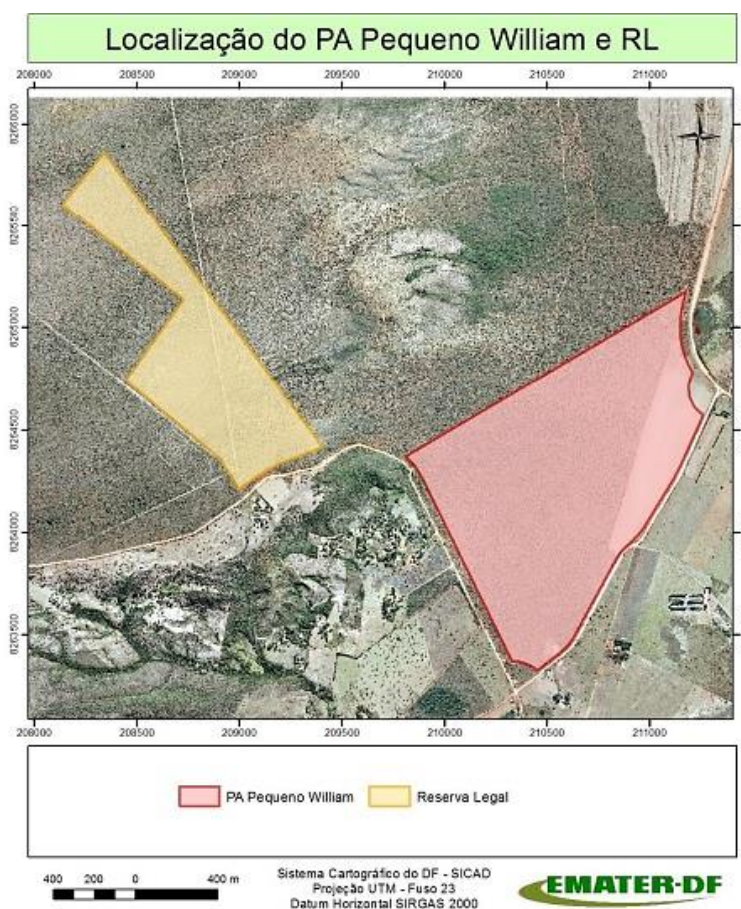


Figura 1 - Localização da Reserva Legal em relação ao Assentamento Pequeno William. Fonte: PDA (2013)

O assentamento foi dividido em 22 parcelas se organiza em núcleos de base (NBs), que são grupos menores de famílias que foram divididos por afinidade e produção, fazendo que no processo de divisão das parcelas, os lotes dos núcleos fossem próximos. Essa divisão foi pensada no processo de construção do PDA, conformando-se 5 núcleos, sendo 4 deles compostos por 4 famílias e um por 6 famílias (SILVA, 2016).

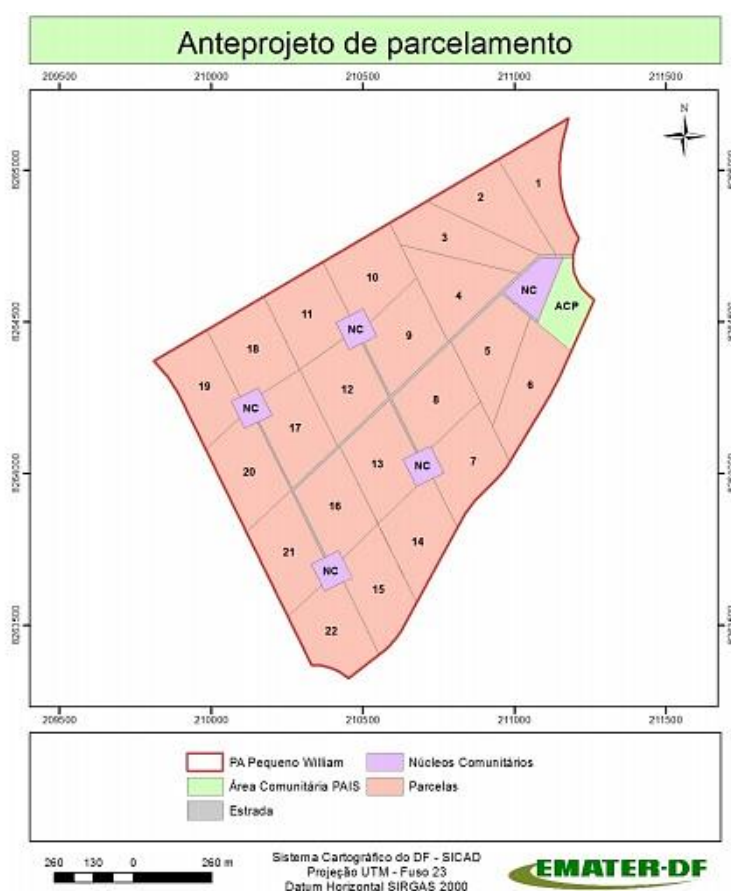


Figura 2 - Parcelamento do assentamento Pequeno William. Fonte: PDA, 2013

Os NBs fazem parte da organicidade do assentamento e são um espaço onde as famílias discutem as demandas, problemáticas e soluções, afim de conseguir avançar no desenvolvimento do assentamento. Cada núcleo de base tem um representante, que conformam um grupo menor de representação do assentamento e tem a função de levar a demanda dos demais para locais externos ao assentamento.

4.2. Histórico do assentamento Pequeno William

O assentamento Pequeno William é fruto da luta histórica pelo direito ao acesso à terra previsto na Constituição de 1988. Organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, as famílias iniciaram seu processo no ano de 2004, com a ocupação da fazenda Toca da Raposa, localizada em Planaltina – DF. (PDA, 2013).

Após um processo de negociação entre as famílias, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Governo do Distrito Federal (GDF) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o acampamento foi realocado para uma área localizada próximo à Sobradinho – DF, às margens da BR 020, sendo feito o compromisso de destinação do assentamento para a área da fazenda Sálvia, localizada em Planaltina - DF (PDA, 2013)

A Fazenda Sálvia possui áreas de proteção ambiental, fazendo com que o projeto de assentamento demorasse mais tempo que o previsto para ser implementado. Diante dessa situação, o MST reivindicou uma área da fazenda, com 144,4 hectares, que não possuía entraves ambientais para que fosse construído o projeto de assentamento (BORGES, 2012).

O acampamento Pequeno William se manteve por 5 anos até ser realocado, no ano de 2010, para a área onde hoje é o assentamento. As famílias assentadas já tinham a consciência que o projeto do assentamento deveria ser construído com base na Agroecologia, desde o processo produtivo, até mesmo na divisão das áreas. Este processo de conscientização foi feito por meio do setor de formação do MST, que ainda quando acampados, discutiam como se daria o planejamento do assentamento (PDA, 2013).

No ano de 2012, foi elaborado o documento denominado Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) que é definido com um estudo que tem como finalidade fornecer informações para o licenciamento ambiental da área e é um instrumento que conduz o desenvolvimento ambiental e socioeconômico do assentamento. Ele foi elaborado por uma equipe multidisciplinar, formada por profissionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito

Federal (EMATER – DF), do pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e pela comunidade da área (PDA, 2013).

O Acampamento/Assentamento Pequeno William recebeu este nome no ano de 2005, em homenagem a uma criança que faleceu, sendo vítima de intoxicação pelo uso de agrotóxicos, ao ingerir água contaminada, ainda quando estavam acampados na Fazenda Toca da Raposa. (PDA, 2013). Este acontecimento traz à tona o debate sobre um desenvolvimento rural que não gere impactos ao meio ambiente e assegure a qualidade de vida das pessoas, seja por meio da conservação dos recursos naturais, como na garantia de uma alimentação saudável e do desenvolvimento socioeconômico das populações rural e urbana.

Mesmo com a construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, a compreensão da importância de produzir de forma sustentável e agroecológica e a realização dessa prática na área, ainda hoje o assentamento Pequeno William não recebeu o licenciamento ambiental, gerando problemas com os órgãos ambientais de fiscalização.

4.3. Metodologia

A metodologia desse estudo foi realizada por meio de uma pesquisa qualitativa, tendo como objetivo fazer o levantamento de informações sobre a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Assentamento Pequeno William, localizado na região administrativa de Planaltina – DF.

A pesquisa qualitativa possibilita uma maior proximidade com o tema a ser estudado e proporciona um conhecimento sobre a realidade a partir da percepção dos agentes envolvidos (NETO, 2002), além de conseguir compreender as relações particulares encontradas naquele meio, que na maioria das vezes não conseguem ser diagnosticadas a partir da quantificação (MINAYO, 2002). Por se tratar de uma pesquisa sobre a agricultura familiar, faz-se necessário a compreensão da complexidade dos sistemas agrários e das relações existentes (CAMPOLIN, 2005).

Para tal, foi realizado inicialmente uma revisão bibliográfica que perpassou a compreensão da questão agrária do Brasil e a promoção do desenvolvimento

rural sustentável, focando na atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural. Além disto, foi feito um levantamento de dados sobre o assentamento Pequeno William, a partir da análise do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e também de trabalhos já realizados na mesma área (BORGES, 2012; DURÃES, 2014; SILVA, 2017).

Apoiada na revisão bibliográfica com indexação a partir dos temas elencados acima e nos objetivos deste estudo, foi elaborado um roteiro de entrevistas semiestruturadas, de modo a permitir aos entrevistados maior liberdade nas respostas, sem padronização de alternativas. Este método favorece a compreensão da totalidade e descrição dos fatos (MANIZI, 2004).

Primeiramente, foi realizada uma reunião de apresentação do trabalho para um grupo de representantes do assentamento que concordaram com a execução da pesquisa. Posteriormente, foram realizadas 5 entrevistas, com a aplicação do roteiro de entrevistas com um representante de cada um dos cinco núcleos de base estabelecido no assentamento. As entrevistas foram gravadas em forma de áudio, e a atividade foi executada a partir de visitas nos lotes dos assentados, podendo também observar a produção existente nas áreas. Essa etapa da pesquisa foi realizada entre os meses de maio e junho de 2018.

O roteiro de entrevistas teve como objetivo fazer o levantamento das informações sobre:

1. A caracterização do sistema produtivo dos assentados;
2. O levantamento das metodologias utilizadas pela Assistência Técnica;
3. A contribuição da ATER para o conhecimento dos assentados de práticas que potencializem a promoção do desenvolvimento rural sustentável;
4. Os avanços que a prestação de serviços de ATER proporcionou ao assentamento;
5. A percepção dos assentados sobre como deveria ser a atuação da ATER no assentamento.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desse estudo fazem parte da análise das entrevistas realizadas com 5 famílias, representando cada núcleo de base existente no assentamento Pequeno William, localizado em Planaltina – DF. Para melhor compreensão dos resultados obtidos, afim de discutir e cumprir com os objetivos definidos para esse trabalho, este tópico será dividido em três partes:

- Concepção e caracterização dos sistemas produtivos do assentamento Pequeno William
- Atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural no assentamento
- Contribuições e entraves para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

5.1. Concepção e caracterização dos sistemas produtivos do assentamento Pequeno William

As famílias que hoje estão assentadas no Pequeno William possuem de forma bastante internalizada a ideia da produção agroecológica. Essa consciência, como já citado na revisão de literatura, veio por parte do processo de organização das famílias, ainda quando acampadas e juntamente com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e ficou bastante evidente durante as entrevistas, quando os próprios agricultores afirmavam “Aqui o nosso sistema é agroecologia, nós produzimos sem desmatar”.

Ao identificarem a área onde seria construído o projeto de assentamento, observou-se a riqueza de Cerrado nativo existente e optou-se por uma produção que não degradasse e interagisse com o bioma. Essa decisão, também facilitou com que o assentamento fosse implementado.

A agroecologia, segundo Altieri (2012) é uma ciência e também pode ser entendida como um conjunto de práticas, que se fundamenta no manejo de agroecossistemas, e trabalha a interação entre os mais diversos seres existentes naquele sistema produtivo, prezando pela conservação dos recursos naturais. Além disso, o conhecimento e as técnicas aplicadas são desenvolvidos a partir da interação entre o saber técnico e o saber dos agricultores e de suas experimentações, respeitando as especificidades de cada agroecossistema.

Percebe-se que no discurso dos agricultores do assentamento, a compreensão da agroecologia se assemelha muito com o seu conceito. A ideia da produção sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos e respeitando o Cerrado, tanto sua flora, quanto fauna se expressou na fala de todos os entrevistados.

Contudo, o conceito de desenvolvimento rural sustentável ainda é pouco conhecido pelos agricultores. A exemplo da entrevista com um dos agricultores, quando perguntado se o sistema produtivo era sustentável, sua resposta foi “Uhum. Por que nós sobrevivemos dela, não precisamos trabalhar fora. Tudo produzimos aqui”, ou seja, desenvolver-se de forma sustentável significa o seu autossustento dentro da área, a produção realizada na área mantém a família sem precisar buscar outras formas de sustento/renda.

A produção do assentamento é extremamente diversificada e varia de acordo com cada parcela. Foi possível observar a partir das visitas e relatos dos agricultores, três tipos de produção:

- a) Produções para o sustento da família: são produções mais simples, mas com bastante diversidade, com o plantio de hortaliças, mandioca, abóbora, batata doce, feijão verde, além da própria manutenção do Cerrado e a prática do agroextrativismo.
- b) Sistemas agroflorestais: esses sistemas são caracterizados por uma produção de espécies agrícolas em consórcio com espécies arbóreas e florestais. Esse sistema proporciona uma menor degradação do Cerrado, potencializa a recuperação de áreas que foram degradadas e potencializando a prática do agroextrativismo.
- c) Produção orgânica para comercialização: produções mais organizadas, com utilização de métodos agroecológicos para a garantia do certificado de orgânicos. São produzidas hortaliças, inhame, mandioca, cebola, cenoura, beterraba, batata doce, dentre outros cultivos. Essas famílias comercializam em feiras e fazem entregas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Pode ser observado o cumprimento de um dos princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de “adoção dos

princípios da agricultura de base ecológica” e “a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2010).

5.2. Atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural no assentamento

De acordo com a PNATER (2010), os assentados de reforma agrária são beneficiários do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, que deve contribuir, em um caráter continuado, com a promoção da gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades agrícolas.

No assentamento Pequeno William , os agricultores reconhecem como agentes da prestação de serviços de ATER, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER – DF), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI – DF).

Constata-se que a prestação de serviços de ATER, foi feita principalmente pela EMATER – DF e no momento inicial da implementação do projeto de assentamento. Durante esse processo, foi construído em parceria com o IFB, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), documento que faz uma caracterização geral do assentamento, desde levantamentos sobre topografia, solo, vegetação, fauna, clima, até a previsão dos serviços necessários para que o assentamento possa ter um real desenvolvimento ambiental e socioeconômico.

Identifica-se também, que no momento em que as famílias estavam acampadas em uma área reduzida do assentamento, aguardando o processo de parcelamento, parcerias foram feitas com a EMATER – DF, no incentivo à produção orgânica e agroecológica. Foram realizados cursos de capacitação, oficinas e a implementação de 5 áreas com o sistema de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS).¹⁰

¹⁰ Uma nova alternativa para melhorar a qualidade da produção da agricultura familiar, que consistem em uma produção de alimentos mais saudáveis, dispensando utilização de métodos que danifiquem o meio ambiente, associa a criação de animais com a produção vegetal (canteiros de hortas circulares com um galinheiro central e área para alimentação das aves) e preserva os recursos naturais (FBB, 2009).

Ainda após o parcelamento da área, foi feito um acompanhamento por uma técnica em economia doméstica da EMATER - DF, que fazia visitas constantes a todas as famílias assentadas. Durante a sua atuação, a extensionista conseguiu manter relação com as famílias do assentamento, sendo capaz de analisar as particularidades de cada parcela e do assentamento como um todo, colaborando para avanços reais. Ela também contribuía fazendo orientações de organização da produção e gastos, além de ser interlocutora entre as famílias e os técnicos agrícolas da EMATER-DF em coisas que precisavam de uma formação técnica mais especializada.

No entanto, desde a realocação dessa extensionista para outro setor, o acompanhamento da ATER vem sendo tornando escasso dentro do assentamento. Ele só ocorre quando as famílias vão até a sede da EMATER – DF e solicitam auxílio em algo específico. Algumas vezes, eles vão até a área fazer a análise do problema que está sendo enfrentado pelo agricultor, receitando uma solução, em outras apenas dão orientações técnicas à distância, sem observar o sistema que a problemática está inserida. Logo, a falta de visitas da ATER no assentamento é uma queixa presente entre os assentados, que acreditam que deveria ter um maior acompanhamento dos processos de cada parcela.

Contudo, observa-se também, que dentro do próprio assentamento há diferenças na prestação de serviços da assistência técnica. Nas entrevistas, foi relatado que apenas dois núcleos recebem acompanhamento da EMATER – DF, por serem núcleos que ficaram nas áreas de produção da época de acampamento e devido ao processo avançado, já possuem o certificado para a comercialização de orgânicos. As famílias que possuem a certificação de orgânicos, começou a receber recentemente, o acompanhamento da ATER por parte do SEBRAE.

Diante do exposto, é possível observar que o princípio de “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” (BRASIL, 2010, p. 01), não vem sendo executado pela ATER no assentamento, contudo há um acompanhamento da ATER, ainda não acessível a todos os assentados e sem o enfoque proposto pela PNATER.

5.3. Contribuições e entraves para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

A prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) se deu de forma mais constante no assentamento Pequeno William no momento em que as famílias ficaram acampadas em uma pequena parcela da área e no início do processo de divisão dos lotes.

Durante esse processo, houve avanços significativos para as famílias, quando se avalia o desenvolvimento rural sustentável. A implementação dos sistemas de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), contou com o acompanhamento da EMATER – DF, onde eram feitos cursos e oficinas que contribuíam para o conhecimento dos agricultores em práticas agroecológicas.

Após o processo de parcelamento, o acompanhamento da extensionista em economia doméstica possibilitou que as famílias conseguissem planejar sua produção afim de garantir o sustento da família e possibilitando a comercialização com o que fosse produzido em excesso. Também se observou que esse acompanhamento proporcionou o contato com a profissionalização da comercialização e o mapeamento de locais onde os agricultores pudessem vender sua produção. Foi relatado o contato com feiras de artesanato e auxílio no processo de garantia da certificação de produtos orgânicos, o que dá uma maior confiabilidade do produto comercializado.

Entretanto, o acompanhamento da ATER vem sendo feito nos últimos tempos de forma muito distante, sendo motivo de queixa dos agricultores. Entre as maiores dificuldades relatadas pelos mesmos, encontra-se o acesso à água que ainda é muito escassa dentro do assentamento. Existe apenas uma mina de água, localizada dentro da Reserva Legal que abastece o assentamento e alguns lotes possuem poço artesiano. O problema da água foi enfatizado por todos os entrevistados como empecilho para o avanço do assentamento rumo ao desenvolvimento rural sustentável.

Outra problemática também identificada diz respeito ao solo ácido, característica natural do Cerrado brasileiro. Para a produção de culturas agrícolas, isso se mostra como um obstáculo no aumento da produtividade, sendo necessário

a utilização de técnicas de correção da acidez do solo. A questão do adubo orgânico, que algumas famílias ainda não conseguem produzir dentro da própria área também dificulta o avanço na produção.

Por fim, a liberação do licenciamento ambiental também se apresenta como um dos principais entraves. Mesmo com a realização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), ainda existem muitas dificuldades com os órgãos de fiscalização ambiental, que apresentam empecilhos na liberação do licenciamento, apesar de observarem o compromisso que os agricultores possuem com a conservação do Cerrado. A não garantia do licenciamento, trava muitos projetos que poderiam contribuir para o desenvolvimento sustentável do assentamento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentado nos resultados obtidos com esta pesquisa, observa-se que os agricultores do assentamento Pequeno William buscam realizar sua produção com base nos princípios agroecológicos. De acordo com Caporal et. al. (2006), o enfoque na agroecologia contribui na construção de estratégias para um novo modelo de desenvolvimento rural. Ou seja, pode-se dizer que o assentamento Pequeno William está em processo de desenvolvimento rural sustentável.

No entanto, quando avaliamos a atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no assentamento, compreende-se que ela teve um papel fundamental na implementação do assentamento, contribuindo para o processo de desenvolvimento rural sustentável do mesmo. Com o passar do tempo, a ATER passou a realizar uma diferenciação dentro do próprio assentamento, realizando a prestação de serviços de assistência técnica apenas para os agricultores que já estavam em processo produtivo avançado.

Diante do exposto, pode-se concluir, diante da percepção dos agricultores, que existem duas categorias de agricultores no assentamento: a) aqueles que recebem o acompanhamento da ATER, garantindo produção para o autossustento e para a comercialização; b) aqueles que não recebem o acompanhamento da ATER e produzem somente para autossustentação.

Partindo dessa conclusão, observa-se que o princípio disposto na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) de garantia de assistência técnica e extensão rural gratuita, de qualidade e acessível para agricultores familiares e beneficiários das políticas de reforma agrária, gratuita, de qualidade e acessível (BRASIL, 2010) não vem sendo atendido, já que existe uma diferenciação dentro do próprio assentamento, de agricultores que possuem acesso à ATER e outros não.

Percebe-se também a ausência da solução do principal problema do assentamento, que é o acesso à água. Durante os oito anos de implementação do assentamento, poucas alternativas foram propostas e executadas para a resolução dessa problemática, o que vem interferindo no princípio de garantia do desenvolvimento rural, baseado em sistemas produtivos sustentáveis, já que em

anos onde há escassez de chuva, a produtividade do assentamento tem uma relativa queda.

Com base no que foi apresentado, compreende-se que a execução princípios dispostos na PNATER ainda possui muitas deficiências quando se observa a prática da Assistência Técnica e Extensão Rural. Sendo assim, faz-se necessário que haja um maior acompanhamento por parte do Estado de compromisso com o cumprimento da política, garantindo assim, para os beneficiários que a mesma seja cumprida e garanta o desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

7. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural, XLV, Londrina. Anais. Londrina: Sober, 2007.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 1ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997. p. 33-55.
- ALTIERI, M. A. (org.). Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Editorial Nordan–Comunidad, Montevideo, Uruguay. Setiembre, 1999. p. 307-315.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. rev. ampl.- São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.
- BERGAMASCO, Sonia Maria; THOMSOM, Carolina R; BORSATTO, Ricardo S. Da Extinção da EMBRATER à Criação da ANATER: Os Desafios da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural Brasileira. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017
- BORGES, Barbara L. Reflexões e contribuições para o desenvolvimento socioambiental de assentamentos de reforma agrária: o caso do pré-assentamento “Pequeno Wilian” no Distrito Federal. 2012. 54 f. Monografia (Bacharelado em Engenharia Florestal) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Publicada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 20 de setembro de 1850.
- BRASIL. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, jan. /2010.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 29-49.

CAMARGO, Aspásia. 1981. "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)". In: Boris Fausto (ed.), O Brasil Republicano. Coleção História geral da civilização brasileira. Tomo III, 3º volume (1930-1964), São Paulo: Difel, pp. 121-224.

CAMPOLIN, Aldalgiza Inês. Abordagens qualitativas na pesquisa em Agricultura Familiar. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2005, p. 12-18.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Análise Multidimensional da Sustentabilidade Uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, jul. /set. 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural Sustentável. Brasília: MDA, 2006.

CAPORAL, Francisco, R.; RAMOS, Ladjane F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO, D.; MONTEIRO, M. Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural. Belém: UFPA, 2006.

CEPEA/ESALQ/USP. Informativo setor florestal, nº 186 - junho/2017

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro em Comum. – 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COSTABEBER, José Antônio.; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: Vela, Hugo. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (orgs.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

DIAS, Marcelo M. As Mudanças de Direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) Face ao Difusionismo. Revista Oikos, Viçosa/MG, v. 18, n. 2, p. 11-21, jan. 2007.

DIAS, Marcelo M. Políticas Públicas de Extensão Rural e Inovações Conceituais: Limites e Potencialidades. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 101-114, jan. /jun. 2008.

DUARTE, Laura Maria; SILIPRANDI, Emma. A reconstrução da extensão rural pública no Brasil: novas questões, velhos problemas. Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, VII, Quito. Anais. Quito: Alasru, 2006.

DURÃES, Marinalva C. A importância das ferramentas de gestão para propriedades rurais convencionais e agroecológicas: um estudo de caso do assentamento Pequeno Willian. 2014. 37 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Gestão do Agronegócio) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FBB – Fundação Banco do Brasil. PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável: mais alimento, trabalho e renda no campo. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009.

FERNÁNDEZ, Xavier S; GARCIA, Dolores D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 17-26, abr./jun. 2001. IN

HECTH, Suzanna, B. La evolución del pensamiento agroecológico. In: ALTIERI, M. A. (org.). Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Editorial Nordan–Comunidad, Montevideo, Uruguay. Setiembre, 1999. p. 15-30.

LEITE, Sérgio P; AVILA, Rodrigo V. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 45, n. 3, p. 777-805, Setembro, 2007.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 15, outubro 2000: 36-68

MANZINI, Eduardo J. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN:85-98623-01-6. 10p.

MDA/SAF/GRUPO DE TRABALHO ATER. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Versão Final: 25/5/2004". Brasília, DF, 2004.

MEDINA, Gabriel.; NOVAES, Evandro. Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida. INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 385-397, 2014.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, Técnica e Arte: o Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria., C., S., (org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 21ª edição. Petrópolis - RJ, Editora Vozes, 2002. p. 09-29.

MONTEIRO, Denis. Agroecossistemas. In: CALDART, Roseli. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 65-71.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, dec. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9825>>. Acesso em: 15 de maio de 2018

NETO, Otávio. O Trabalho de Campo como Descoberta e Criação. In: MINAYO, Maria., C., S., (org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 21ª edição. Petrópolis - RJ, Editora Vozes, 2002. p. 51-66.

OXFAM. Terrenos da Desigualdade: Terra, Agricultura e Desigualdades no Brasil Rural. Informe da OXFAM Brasil. Novembro de 2016. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio-terrenos_desigualdade-brasil.pdf> Acesso em: 20 de Junho de 2018.

PATERNIANI, Ernesto. Agricultura sustentável nos trópicos. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 303-326, Dezembro, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300023&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 21 de Junho de 2018.

PDA. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Pequeno William. EMATER - IFB, Planaltina - DF, 2013.

PEIXOTO, Marcus. Extensão rural no brasil – uma abordagem histórica da legislação. Brasília. Conleg Senado federal. Textos para discussão 48, 2008. 50p.

PETTAN, Kleber B. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências. 2010. p. 393. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, 2010.

PRADO JR., Caio (1960) – “Contribuição para Análise da Questão Agrária no Brasil” – in PRADO JR., C. (org.) – “A Questão Agrária no Brasil” – São Paulo, Editora Brasiliense, 2ª edição, pp. 15-85, 1979.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 141-156, dec. 2001

RODRIGUES, Cyro M. Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e Sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154, jan. 1997.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista Economia Política, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531,

jul. /set. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

SILVA, Diego R. Inventário florestal participativo no Assentamento Pequeno William, Planaltina –DF. 2016. 38 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Engenharia Florestal) —Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

STEDILE, João Pedro (org.) A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005. pp. 15-31